

pt



União Europeia  
Política Regional

# inforegio

## panorama

9

Março de 2003

### Entrevista

Göran Ekström,  
Presidente da  
EURADA

### Cooperação

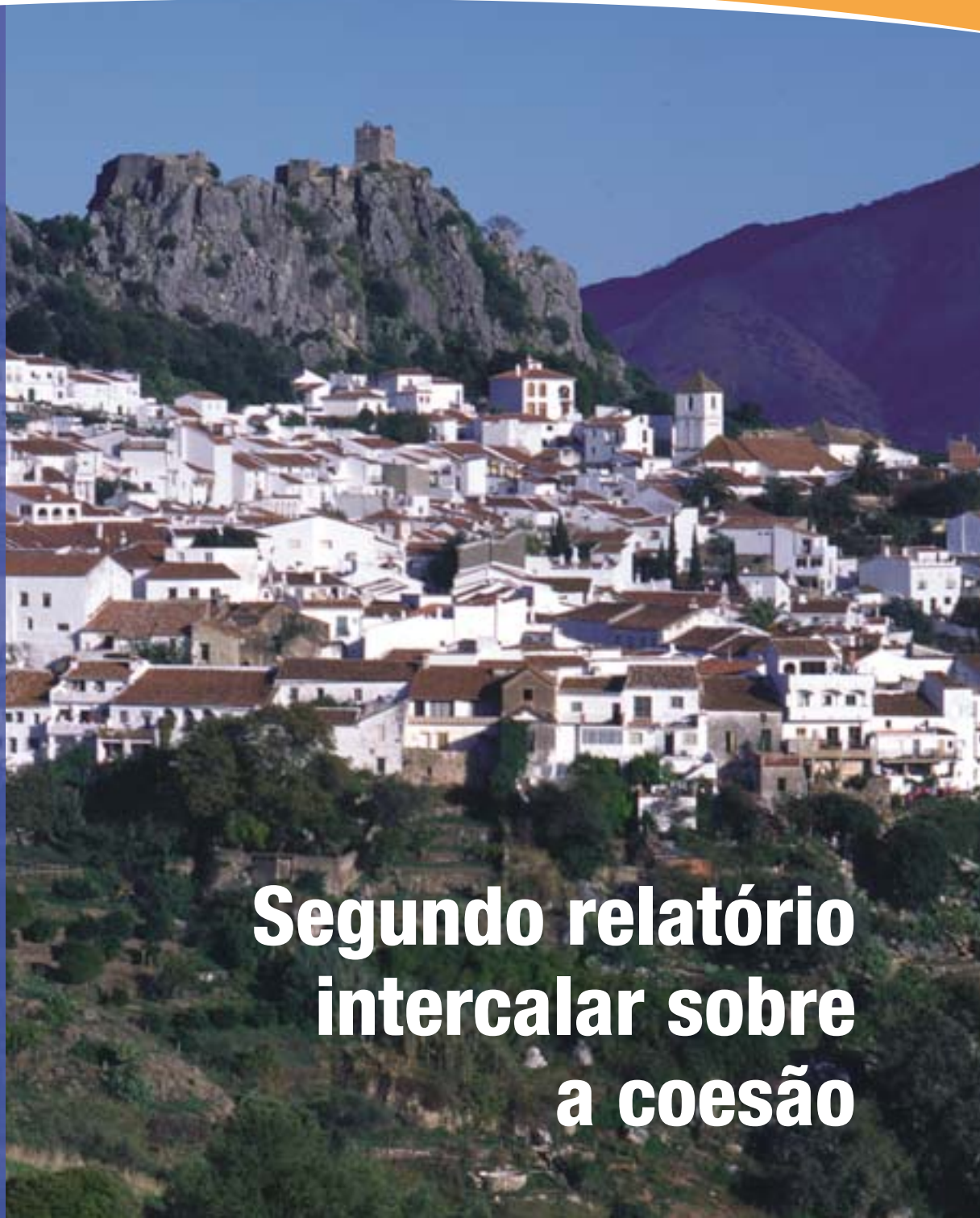
Programa PEACE

### Descoberta de um país candidato

República Checa

### Descoberta de uma região

Norte (Portugal)



**Segundo relatório  
intercalar sobre  
a coesão**



## Por que se criou em 1991 uma "Associação Europeia de Agências de Desenvolvimento Regional"?

A criação da EURADA, em 1991, deve ser vista no contexto do final dos anos 80, marcado pelo interesse no projecto de realização do grande mercado interno, por um lado e, por outro, pela implementação do primeiro período de programação plurianual dos Fundos Estruturais. A concretização do mercado interno suscitou nalguns dirigentes de agências de desenvolvimento regional (ADR) a curiosidade em saberem o que outros dirigentes estavam a fazer na preparação do seu tecido socioeconómico para o aprofundamento da União Europeia.

O período de 1988 a 1994 dos Fundos Estruturais foi também interessante para as ADR, porque surgiram neste período os conceitos de iniciativa comunitária, de

subvenção global ou ainda de cooperação inter-regional. Estes temas eram excelentes para o diálogo com os serviços da Comissão Europeia e para o intercâmbio de ideias entre responsáveis de ADR.

A EURADA é, na verdade, o resultado concreto de uma subvenção concedida pela DG REGIO, no âmbito daquilo que mais tarde seria o seu programa RECITE1. Com efeito, cerca de vinte ADR, agrupadas numa rede informal, haviam beneficiado de um co-financiamento comunitário para o intercâmbio de experiências na área do desenvolvimento endógeno. O facto de a EURADA continuar a existir dez anos depois mostra que os objectivos fixados pelo programa RECITE (1) foram alcançados. O propósito da EURADA – tornar-se a associação dos profissionais do desenvolvimento económico regional – não mudou ao longo destes dez anos de existência.

**O termo "agência de desenvolvimento" pode designar estruturas muito diversas, que podem ir de uma pequena agência de desenvolvimento local até à agência governamental, de dimensão nacional. Como se situam os membros da EURADA em relação a estes dois pólos?**

A EURADA adoptou critérios precisos para definir os tipos de agências de desenvolvimento susceptíveis de aderir à associação. Regra geral, para ser membro da EURADA uma ADR deverá ter um âmbito mais vasto do que o território de um município. Resulta daí a homogeneidade dos membros. Na prática, observámos que

os temas abordados pela associação só interessam, na maior parte dos casos, a agências de desenvolvimento dotadas de uma certa massa crítica em termos de dimensão e, portanto, de população e de empresários.

A diversidade de organizações existente na União Europeia não representa para nós um problema real. Pelo contrário, temos muitas vezes a impressão de que alguns agentes regionais ganhariam bastante em termos de conhecimentos e de experiência se participassem nos nossos trabalhos. Em Novembro de 2002, por altura da nossa manifestação anual, a "Agorada", que tinha por tema "Como tornar empreendedora a vossa região nos próximos dez anos?", só contávamos com um pequeno número de participantes de regiões do Objectivo 1. Se partirmos do princípio que a troca de experiências reforça as competências, a EURADA tem um efeito perverso, mesmo que não o deseje, por reforçar as capacidades das ADR das regiões mais dinâmicas, deixando "abandonados" os agentes das regiões mais atrasadas em termos de desenvolvimento.

**Como se repartem as duas componentes principais da vossa acção: o diálogo com a Comissão Europeia e a gestão de projectos específicos?**

A EURADA sempre se definiu como uma organização de "lobbying", situando-se no espaço da pré-informação. Por isso, damos grande importância ao diálogo com os diferentes serviços da Comissão Europeia. Este diálogo é muito diversificado:

## Sumário

Editor responsável: Thierry Daman, CE, DG da Política Regional

Esta revista está disponível nas 11 línguas da União Europeia e na página Internet [http://europa.eu.int/comm/regional\\_policy/index\\_pt.htm](http://europa.eu.int/comm/regional_policy/index_pt.htm)  
É impressa em 5 línguas (FR, EN, DE, ES, IT) em papel reciclado.  
Os textos desta publicação não têm valor legal.

Fotografias (paginas): Eurada (2), Chris Heymans (4), Children of Ireland Group (6), FORMA (10), Ministerstvo pro Místní Rozvoj (11), Região do Norte (13), AEIDL (15)

Capa: Felipe Crespo

4



**Segundo relatório intercalar sobre a coesão económica e social**

6



**Programa PEACE: conhecerem-se para viverem juntos**



abordamos questões como a simplificação administrativa dos Fundos Estruturais, a política dos auxílios estatais, o espírito empresarial, o desenvolvimento urbano sustentável, o acesso das PME ao financiamento, etc.

Claro que a EURADA também geriu projectos específicos. Os tipos de projectos executados durante estes anos correspondem a uma das características seguintes: ou permitem um verdadeiro intercâmbio de conhecimentos por intermédio da tutoria ou da colocação em rede de operadores regionais, ou incidem em temáticas novas.

**A EURADA trabalhou muito no “benchmarking”, o estudo comparativo da competitividade das regiões. Que ensinamentos se podem já retirar deste trabalho?**

Desde 1997, a EURADA preparou um modelo-piloto que permite o estudo comparativo da eficiência dos organismos responsáveis pela animação económica das regiões. Este modelo baseia-se na recolha de dados estatísticos e na sua interpretação. Além disso, as boas práticas que vão sendo identificadas são descritas de uma forma normalizada, o que permite uma verdadeira comparação das práticas das ADR que participam neste exercício. O modelo desenvolvido distingue-se de outros exercícios semelhantes que conhecemos porque não procura estabelecer uma classificação ou uma listagem qualitativa de práticas, nem se limita apenas à simples recolha de boas práticas, mais ou menos autodefinidas.

As lições que podemos extrair deste trabalho são as seguintes: (a) é possível realizar uma comparação da eficiência das políticas públicas regionais; (b) o modelo é fácil de aplicar e de compreender, não exigindo grande esforço sendo, por isso, financeiramente acessível; (c) o modelo permite detectar boas práticas em regiões que, a priori, nunca seriam dadas como exemplo; (d) o modelo obriga os participantes a questionarem-se a si próprios.

A experiência adquirida mostrou igualmente que nem sempre um mesmo

conceito é definido da mesma maneira por todas as regiões.

Estamos conscientes de que, para poder ser realmente significativa, a nossa experiência-piloto tem de obter a adesão do maior número possível de organismos regionais. Sabemos igualmente que uma acção de “benchmarking” só poderá ser coroada de êxito se os decisores, ao mais alto nível, se implicarem nela e utilizarem os seus ensinamentos para fazerem evoluir as suas próprias estruturas.

**Qual é a posição da EURADA na perspectiva do alargamento, em primeiro lugar e, depois, quanto ao próximo período de programação até 2007?**

Para a EURADA, o alargamento já ocorreu em 1995, quando decidimos permitir que as ADR dos países da Europa Central e Oriental se tornassem membros. Desde 2000 que organizamos todos os anos uma iniciativa importante dirigida especificamente às ADR destes países. No que diz respeito aos Fundos Estruturais, debruçamo-nos sobretudo sobre os problemas ligados à sua aplicação, nomeadamente a importância dos investimentos nos domínios do espírito empresarial, do acesso das PME ao financiamento e à inovação, bem como da interacção ou falta de interacção entre as diferentes políticas comunitárias e os Fundos Estruturais (ambiente, controlo dos auxílios estatais, contratos públicos, investigação e desenvolvimento, etc.) ou ainda da simplificação administrativa. Muitas vezes os procedimentos tornaram-se mais complexos após as exigências impostas pelas autoridades dos Estados-Membros.

Uma das grandes reivindicações da EURADA para o período pós-2006 é o reforço da política comunitária a favor das PME, sobretudo para as regiões que deixarão de ser elegíveis para os Fundos Estruturais.

(<sup>1</sup>) RECITE (REgions and CITies for Europe) era um programa de acção destinado a promover o intercâmbio de saber-fazer entre redes de autoridades locais. Para isso, foram disponibilizados 4,2 milhões de ecus para 15 redes europeias de 1991 e 1995.

## **Agrupar as agências de desenvolvimento regional**

Criada em Dezembro de 1991, a EURADA, Associação Europeia das Agências de Desenvolvimento Regional, reúne cerca de 150 agências de desenvolvimento em 25 países da União Europeia e da Europa Central e Oriental.

A EURADA dirige um programa de actividades que se articula em torno dos seguintes eixos:

- troca de informações sobre as estratégias de desenvolvimento regional, o apoio às empresas e a formação de quadros das agências de desenvolvimento;
- análise do impacto das políticas comunitárias;
- desenvolvimento de projectos de cooperação entre agências de desenvolvimento;
- incentivo a técnicas inovadoras e transferíveis em matéria de desenvolvimento económico local e regional;
- difusão de informações pertinentes ou de divulgação, tanto no que se refere às políticas comunitárias como às “boas práticas” em matéria de desenvolvimento económico local e regional;
- gestão de projectos de cooperação co-financiados pela Comissão Europeia.

### **Contacto:**

**Secretariado da EURADA**  
Avenue des Arts, 12 - Boîte 7  
B-1210 Bruxelas  
Tel. +32 2 218 43 13  
ax +32 2 218 45 83  
E-mail: [info@eurada.org](mailto:info@eurada.org)

 **Página Internet:**  
[www.eurada.org](http://www.eurada.org)

9



**República Checa pronta para a adesão – Questões colocadas a Pavel Nemec, Ministro do Desenvolvimento Regional da República Checa**

12



**Norte (Portugal): equilíbrio e inovação**

14



**INTERREG IIIA Reno-Mosa-Norte: segurança alimentar transfronteiriça**

## Segundo relatório intercalar sobre a coesão económica e social

A Comissão Europeia adoptou em 30 de Janeiro de 2003 o segundo relatório intercalar sobre a coesão económica e social.

A publicação deste documento responde ao compromisso assumido pela Comissão Europeia de apresentar periodicamente ao Conselho um relatório sobre a elaboração de propostas que visam a prossecução da política de coesão para lá de 2006. Quais são, pois, a situação e as grandes tendências em matéria de coesão europeia desde a publicação do primeiro relatório intercalar, em Janeiro de 2002?

### Abrandamento

A União Europeia conheceu em 2001 um abrandamento significativo do seu crescimento económico: o PIB dos Quinze aumentou apenas 1,5% contra 3,5% em 2000. Prevê-se que esta desaceleração tenha um impacto especialmente negativo nas regiões mais pobres da União.

Os países da coesão continuaram a aproximar-se dos outros países da União, com excepção da Grécia. A Irlanda teve um crescimento sustentado e em 2001 o seu PIB por habitante, em termos de paridade de poder de compra, atingiu 118% da média comunitária (contra 115% em 2000 e apenas 64% em 1988).

As disparidades regionais no interior dos Estados-Membros continuaram a aumentar em 2000. No entanto, devido à convergência entre os Estados-Membros, as disparidades globais entre as regiões dos Quinze permaneceram praticamente inalteradas de 1995 a 2000.

Nas regiões do Objectivo 1, em 2000, o rendimento por habitante continuou ligeiramente superior a 71% da média comunitária. O efeito de aproximação é mais visível num período de cinco anos, verificando-se que a diferença de rendimento se reduziu de 1,5 pontos entre 1995 e 2000 e de 2 pontos nas regiões elegíveis para o Objectivo 1 desde 1989, acentuando a eficácia dos Fundos Estruturais a longo prazo.

Na União a 25 encontramos três grupos de países:

- os oito futuros Estados-Membros mais pobres, com um PIB médio por habitante igual a 42% da média comunitária;
- um grupo intermédio (Espanha, Chipre, Portugal, Eslovénia e Grécia) situado entre os 71% e os 92% da média comunitária;

- um grupo que inclui os restantes Estados-Membros actuais, com um PIB médio por habitante igual a, pelo menos, 115% da média comunitária.

Após o alargamento, as disparidades vão aumentar. Com base em estatísticas mais recentes, 48 regiões dos Quinze (ou seja, 18% da população – 68 milhões) têm um rendimento por habitante inferior a 75% da média comunitária. Na União a 25, estas regiões serão 67, correspondendo a 25% da população – 116 milhões. Na União alargada a 25 Estados-Membros, o rácio entre os 10% das regiões mais ricas e os 10% das regiões mais pobres é de 4,3 (contra 2,6 na União a 15).

O impacto do abrandamento da economia no emprego foi menor que o previsto. As grandes tendências do emprego na União são as seguintes:

- O crescimento do emprego foi diminuído em 2001. A taxa de desemprego aumentou ligeiramente no primeiro semestre de 2002, tendo atingido 7,7%. O desemprego é especialmente elevado na Itália, na Grécia e em Espanha, onde afecta sobretudo as mulheres e os jovens.
- As disparidades regionais em termos de emprego diminuíram, mas continuam a ser importantes - as regiões com a taxa de emprego mais elevada apresentam uma taxa média de 78,1%, enquanto as que têm a taxa de emprego mais baixa

apresentam 48%. Em termos de taxa de desemprego, a diferença vai de 2,3% a 19,7%, consoante as regiões. Entre as regiões de um mesmo Estado-Membro, a maior diferença verifica-se em França, se forem incluídos os DOM, e na Itália.

- A coesão social continua a progredir lentamente. A diferença entre o rendimento total das regiões mais ricas e o das regiões mais pobres diminuiu, tal como o número de europeus que vivem abaixo do limiar de pobreza nacional.

Nos países candidatos:

- O emprego foi afectado pela crise económica de 2001. Confirmou-se a diminuição constante da taxa de emprego desde há cinco anos, apesar do aumento substancial no sector dos serviços. Apenas a Eslovénia e Chipre têm uma taxa de emprego superior à média comunitária. Calcula-se que sejam necessários três milhões de postos de trabalho nos novos Estados-Membros para estes poderem atingir o nível de emprego da actual União.
- As disparidades regionais em matéria de emprego são menores do que na UE, mas mesmo assim são importantes. A taxa de desemprego em 2001 foi de 13%. Nas regiões menos afectadas atinge 3,6%, enquanto nas mais afectadas chega aos 24,3%.



## Novas evidências

O estudo da Comissão sobre o “impacto económico dos financiamentos do Objectivo 1 entre 2000 e 2006” apresenta resultados animadores. A Comissão calcula, por exemplo, que o PIB total de Portugal, neste período, será superior em 3,5% ao que seria sem o apoio comunitário (2,2% para a Grécia, 1,7% para o Mezzogiorno italiano, 1,6% para a Alemanha Oriental e 1,1% para a Espanha). Além disso, o apoio às regiões do Objectivo 1 produz igualmente efeitos fora dessas regiões, uma vez que um quarto das despesas iniciais beneficia outras zonas da União e um décimo beneficia países terceiros.

Estão igualmente disponíveis novos indicadores sobre a situação de avanço tecnológico, que confirmam o atraso dos países do Sul da Europa em matéria de inovação tecnológica e de crescimento da economia do conhecimento. Na Finlândia, na Suécia e na Alemanha, o número de patentes registadas por milhão de habitantes corresponde ao dobro, pelo menos, da média europeia, ao contrário da Irlanda, Itália, Espanha, Grécia e Portugal, com menos de metade. As disparidades regionais são muito acentuadas neste domínio e ainda mais no domínio das tecnologias de ponta. Estas tendências são largamente confirmadas pelas despesas dedicadas à investigação e desenvolvimento. Nos países candidatos, a Eslovénia e a República Checa apresentam a percentagem mais elevada de investimento na investigação e desenvolvimento.

A Comissão Europeia lançou uma série de estudos que incidem na componente territorial da coesão. Um desses estudos analisa a situação nas regiões insulares. Outro incide nas zonas de montanha. Dois estudos sobre o capital humano debruçam-se sobre o seu papel no desenvolvimento regional e na economia global e do conhecimento.

## Debate sobre o futuro da política de coesão

O segundo relatório intercalar faz igualmente o ponto da situação sobre os debates realizados em 2002 acerca do futuro da política de coesão. Resume os pareceres formulados por algumas instituições europeias (Conselho, Parlamento Europeu, Comité Económico e Social e Comité das Regiões), bem como as preocupações expressas pelos participantes em quatro grandes seminários organizados no ano passado pela Comissão. Na fase actual, o futuro da política europeia de coesão suscita as seguintes reflexões:

- Há unanimidade quanto a dar prioridade às regiões menos desenvolvidas e o critério de 75% da média do PIB da UE aplicado ao nível das NUTS II e utilizado para as definir é largamente aceite. É feita referência, regularmente, à consideração de critérios adicionais.
- A eventualidade de incluir nesta categoria as ilhas e as regiões ultraperiféricas, citadas no artigo 299.º do Tratado, foi apresentada pelos seus representantes. O “efeito estatístico” sobre as regiões dos 15 actualmente elegíveis para o Objectivo 1 poderá ser compensado por um regime transitório equitativo e mais importante que o actual. Os representantes das ilhas e das regiões despovoadas dos países nórdicos defenderam também a necessidade de tomar em consideração as suas situações específicas, no âmbito da futura política de coesão.
- A ajuda fora das regiões com atraso de desenvolvimento tem numerosos apoiantes. Maior simplificação e descentralização, bem como a concentração nas prioridades comunitárias e na competitividade regional são pontos muitas vezes mencionados neste contexto. Deixou de ser considerada adequada uma repartição destas ajudas por zonas. As

eventuais consequências da supressão repartição das zonas do Objectivo 2 para os auxílios estatais com finalidade regional foram abordadas frequentemente.

- O intercâmbio de experiências e a cooperação têm um impacto benéfico, que é amplamente reconhecido, nomeadamente ao nível transfronteiriço.
- Em 2002, foi largamente invocada uma maior contribuição das políticas comunitárias (pesca, concorrência, agricultura, transportes, ambiente, investigação e desenvolvimento) para a coesão económica e social.

## Preparação do alargamento

Este segundo relatório intercalar menciona ainda brevemente a situação da preparação para o alargamento. Após o encerramento das negociações de adesão no Conselho Europeu de Copenhaga, o fundamental desta preparação consiste em concluir os programas estruturais dos futuros Estados-Membros e assegurar a sua aplicação efectiva a partir do dia da adesão. Em Julho de 2003, será apresentado um relatório específico sobre a concretização dos compromissos assumidos pelos países candidatos no quadro das negociações em matéria de política regional.

*O Segundo Relatório Intercalar sobre a Coesão Económica e Social está disponível no sítio Web:*  
[http://europa.eu.int/comm/regional\\_policy/sources/docoffic/official/reports/interim2\\_pt.htm](http://europa.eu.int/comm/regional_policy/sources/docoffic/official/reports/interim2_pt.htm)

## Coesão: alguns números-chave

- Na União alargada a 25 Estados-Membros, o rácio entre os 10% das regiões mais ricas e os 10% das regiões mais pobres é de 4,3 (contra 2,6 na União a 15).
- 48 regiões dos Quinze (18% da população, ou seja, 68 milhões de habitantes) têm um PIB inferior a 75% da média do PIB comunitário. Numa União alargada a 25, apenas 30 regiões dos actuais Estados-Membros (12% da população, ou seja, 47 milhões de habitantes) permanecerão abaixo do limiar de 75% da nova média. E numa União a 27 não seriam mais de 18 (6% da população, correspondendo a 24 milhões de habitantes).
- 15% dos europeus vivem abaixo do limiar de pobreza nacional (sem incluir as transferências sociais, à excepção das pensões de velhice, esta percentagem seria de 24%).
- Cada euro investido pelos Fundos Estruturais nas regiões do Objectivo 1 traduziu-se num aumento do respectivo PIB em 1,33 euros e teve igualmente um “efeito de retorno” nas regiões mais ricas: um quarto das despesas iniciais beneficiam outras zonas da União.

**Conselho Europeu de Copenhaga: Repartição do Fundo de Coesão e dos Fundos Estruturais nos novos Estados-Membros para o período 2004-2006**  
 (em milhões de euros, preços de 1999)

País	Fundo de Coesão	Fundos Estruturais						Total
	Repartição indicativa em percentagem do total	Objectivo 1	Objectivo 2	Objectivo 3	IFOP (Pescas)	Programas de iniciativa comunitária		
						INTERREG	Equal	
Chipre	0,43 %-0,84 %	0	24,9	19,5	3,0	3,8	1,6	52,8
Estónia	2,88 %-4,39 %	328,6	0	0	0	9,4	3,6	341,6
Hungria	11,58 %-14,61 %	1 765,4	0	0	0	60,9	26,8	1 853,1
Letónia	5,07 %-7,08 %	554,2	0	0	0	13,5	7,1	574,8
Lituânia	6,15 %-8,17 %	792,1	0	0	0	19,9	10,5	822,5
Malta	0,16 %-0,36 %	55,9	0	0	0	2,1	1,1	59,1
Polónia	45,65 %-52,72 %	7 320,7	0	0	0	196,1	118,5	7 635,3
Rep. Checa	9,76 %-12,28 %	1 286,4	63,3	52,2	0	60,9	28,4	1 491,2
Eslovénia	1,72 %-2,73 %	210,1	0	0	0	21,0	5,7	236,8
Eslováquia	5,71 %-7,72 %	920,9	33,0	39,9	0	36,8	19,7	1 050,3
Total	7 590,5	13 234,3	121,2	111,6	3,0	424,4	223,0	14 117,5



## Programa PEACE para a Irlanda do Norte e região fronteiriça da Irlanda Ao serviço da paz e da reconciliação

O programa PEACE, pela sua missão – única no quadro dos Fundos Estruturais – e pela abordagem pioneira ensaiada para a sua execução constitui, a vários títulos, um exemplo.

Desde meados dos anos 90 que a Irlanda do Norte enveredou pelo caminho da paz. O cessar-fogo acordado por ambas as partes desde 1994 e o Acordo de Belfast (“Acordo de Sexta-Feira Santa”) de 1998 constituíram duas grandes etapas desta caminhada difícil – e ainda inacabada – para a paz.

A União Europeia apoia activamente este processo de paz através de um programa único no quadro dos Fundos Estruturais. Desde finais de 1994, a Comissão lançou a ideia de uma iniciativa comunitária de cinco anos a favor da Irlanda do

Norte e dos condados fronteiriços da República da Irlanda. Seria o “Programa especial de apoio à paz e à reconciliação”, a partir daí conhecido abreviadamente por “PEACE I”.

Dotado de uma contribuição comunitária de 500 milhões de euros, o programa PEACE I financiou entre 1995 e 1999 nada menos do que 12 000 projectos – para uma população total de cerca de 2 milhões de habitantes – nos sectores prioritários que definiu, designadamente o emprego, a revitalização urbana e rural, a inserção social, o apoio ao investimento



produtivo e às empresas e a cooperação transfronteiriça. Mas o interesse do programa PEACE resulta sobretudo do facto de ter podido beneficiar camadas da população especialmente afectadas pelo conflito da Irlanda do Norte, através de projectos que até então nunca tinham tido acesso aos fundos comunitários: ajuda psicológica e social às vítimas de atentados e às suas famílias, inserção profissional de antigos prisioneiros ligados às organizações paramilitares, jovens e mulheres implicados em projectos de aproximação entre católicos e protestantes nas zonas-tampão entre as comunidades, etc.

A originalidade do programa PEACE reside igualmente na abordagem inovadora dos seus mecanismos de aplicação: nunca a UE tinha experimentado um programa desta dimensão, que é ao mesmo tempo transfronteiriça (como um programa do tipo INTERREG), que privilegia uma gestão o mais próxima possível das necessidades no terreno, confiando a maior parte dos fundos a parcerias locais e a ONG, e que integra expressamente a participação de todas as comunidades religiosas e sensibilidades políticas da região.

## Do PEACE I ao PEACE II

Reconhecendo o sucesso do programa PEACE I e a continuação das necessidades específicas associadas ao processo de paz, o Conselho Europeu de Berlim decidiu, em Março de 1999, renovar o programa por mais cinco anos.

O orçamento total atribuído a esta nova fase, “PEACE II”, para o período 2000-2004, eleva-se a mais de 700 milhões de euros, incluindo uma contribuição de 531 milhões de euros dos Fundos Estruturais. Tal como para o PEACE I, cerca de 80% dos recursos totais do programa são afectados a projectos na Irlanda do Norte e 20% à região fronteiriça da Irlanda. 15% da totalidade do programa são consagrados a projectos transfronteiriços.

A execução do programa PEACE II ocorre num contexto institucional diferente. No quadro do Acordo de Belfast foram criadas estruturas administrativas transfronteiriças, que cobrem a totalidade da ilha da Irlanda. Uma dessas estruturas, o “*Special EU Programme Body*”, desempenha a partir de agora a função de Autoridade de gestão única para o programa PEACE, como aliás também para o

programa INTERREG. O PEACE II manteve, ou reforçou mesmo, as características específicas que fizeram o êxito do PEACE I. O esforço de financiamento concentra-se agora em grupos, sectores e zonas identificados como tendo sido especialmente afectados pelo conflito. Além disso, é colocada a tónica em projectos intercomunitários ou que possam demonstrar, a prazo, uma aproximação entre católicos e protestantes. Com uma orientação mais económica do que o seu antecessor, as prioridades do programa PEACE II visam a renovação económica, a inserção social, a integração e a reconciliação, as iniciativas locais de desenvolvimento, a abertura regional e a cooperação transfronteiriça.

## Facilitar as boas vontades

O conflito da Irlanda do Norte desenrolou-se sempre sob a especial atenção da actualidade mundial, pelo que o processo de paz também suscita o interesse planetário. Ora, apesar do cessar-fogo e do Acordo de Belfast, a violência política continua presente na sociedade norte-irlandesa. O programa PEACE, porque corresponde a uma lógica europeia – a dos Fundos Estruturais – criou de alguma maneira o seu próprio espaço de diálogo e de trabalho, aberto a todas as pessoas de boa vontade e que desejem uma aproximação, apesar das dificuldades conjunturais. Neste sentido, o programa PEACE insere-se perfeitamente nesta nova situação política, acompanhando através de uma acção social e económica no terreno o processo de paz ao nível político. É um desafio particularmente importante para a União Europeia e constitui uma experiência que poderá ser invocada, na altura própria, noutras regiões que se encontram em situação de fim de conflito.

### Contacto:

*Special EU Programmes Body (SEUPB)*

6 Cromac Place, UK-Belfast BT7 2JB

Tel.: +44 28 90 26 6660

Fax: +44 28 90 266661/92

E-mail: [info@seupb.org](mailto:info@seupb.org)

Web: [www.seupb.org](http://www.seupb.org) (página da Autoridade de gestão)

[www.eugrants.org](http://www.eugrants.org) (Fundos Estruturais na Irlanda do Norte)



# Cooperação

## Cooperação intercultural entre Ballymacarret (Irlanda do Norte) e Ballybofey (Irlanda)

## Conhecerem-se para viverem juntos

Para além dos factores económicos e religiosos, o conflito da Irlanda do Norte assenta num duplo isolamento: cavou-se um verdadeiro fosso cultural entre protestantes e católicos. Cada comunidade criou a sua própria cultura, o seu folclore, as suas canções, os seus desportos... A cooperação entre jovens protestantes de Belfast e jovens católicos da região fronteiriça da Irlanda, multiplicando as ocasiões de conhecerem “o outro lado”, pretende lançar as bases de uma paz duradoura.

Bairro popular protestante da zona oriental de Belfast, Ballymacarret é um bastião unionista que nunca teve – é o mínimo que se pode dizer – relações com a comunidade católica e muito menos ao sul da fronteira.

Fundada em 1996, inicialmente para promover a cultura protestante numa óptica pacífica, a *Associação Cultural e Artística de Ballymacarret (Ballymacarret Arts and Cultural Society)* obteve em 1999 um financiamento do programa PEACE I de 45 000 euros, para cooperar no domínio teatral com organizações homólogas católicas dos condados fronteiriços da Irlanda.

O parceiro escolhido foi a antena teatral do Grupo de Desenvolvimento de Balor (*Balor Development Group*), em Ballybofey, no condado de Donegal, que acredita também que as diferenças culturais são, em parte, responsáveis pelos mal-entendidos entre as comunidades protestante e católica. A Associação de Belfast começou por montar e apresentar na República da Irlanda duas peças de teatro destinadas a dar a conhecer melhor a cultura, os valores e as aspirações da camada trabalhadora protestante.

### Percursos culturais

Para reforçar e aprofundar esta cooperação transfronteiriça e sobretudo intercomunitária, as duas associações parceiras realizaram a seguir um projecto designado “*Percursos culturais*”, destinado a permitir aos jovens protestantes de Belfast e aos jovens católicos de Ballybofey, em conjunto, explorarem, compararem e apreciarem as suas especificidades culturais.

Com um financiamento de 150 000 euros no quadro do PEACE II, o projecto consistiu na criação de seis “parcerias de aprendizagem cultural”, constituídas por jovens provenientes das duas comunidades, protestante de Ballymacarret e católica de Ballybofey.

Cada parceria elaborou, em torno de temas essenciais, módulos que deviam permitir aos participantes aprenderem a conhecer-se melhor, a entenderem-se e a apreciarem-se, respeitando as suas diferenças.

Por exemplo, o módulo “Interacção social” assume a forma de actividades lúdicas, como visitas nos territórios abrangidos, actividades desportivas, grupos de teatro, noites de dança, jogos de sociedade, etc.

O módulo “Ganhar confiança” dá a oportunidade a um grupo de participar nas actividades do outro. No domínio desportivo, por exemplo, os jovens católicos assistem a jogos de futebol do *Glentoran FC*, enquanto os jovens protestantes são convidados para os jogos de futebol gaélico.

Como o seu nome indica, o módulo “Compreensão cultural” deve permitir que os jovens compreendam melhor o respectivo contexto cultural. São organizadas oficinas de dança, de teatro e de língua gaélica, assim como uma participação conjunta em eventos altamente simbólicos para cada uma das comunidades, como os desfiles de Julho para os protestantes e a festa de Saint-Patrick para os católicos.

Por último, existe ainda um módulo de “Sensibilização política”, que deve levar os jovens a ganhar consciência de como as políticas podem ter impacto na sua vida quotidiana e na das suas comunidades. Neste contexto, os participantes tiveram oportunidade de visitar as sedes de instituições políticas (Parlamento da Irlanda, Assembleia da Irlanda do Norte, câmaras municipais de Belfast e de Dublin, etc.) e de aí se encontrarem com eleitos locais ou nacionais.

Esta cooperação intercultural entre Ballymacarret e Ballybofey constitui um exemplo duplo: por um lado, ao apostar na iniciativa dos seus jovens participantes, reflecte a filosofia “de baixo para cima” do programa PEACE. Por outro, quer sejam católicos ou protestantes, estes jovens regressam às suas comunidades de origem com um conhecimento mais profundo e com menos preconceitos acerca dos “do outro lado”.





# Descoberta de um país candidato

## República Checa

## Pronta para a adesão

**Graças à sua população qualificada, à sua tradição industrial e a alguns outros pontos fortes, a República Checa deverá tornar-se rapidamente um interveniente económico de primeiro plano na União Europeia.**

A República Checa corresponde às regiões históricas da Boémia e da Morávia, que estiveram sob o domínio dos Habsburgos de 1526 a 1918. Tal como a Eslováquia, a República Checa nasceu da separação pacífica, em Janeiro de 1993, da Checoslováquia em dois Estados independentes.

Com uma superfície de 78 866 km<sup>2</sup>, a República Checa apresenta um relevo relativamente acidentado e elevado. Conhecido por “Reservatório de água da Europa Central”, o país tem muitos rios e ribeiras, entre os quais o Elba e o Oder, que permitem a ligação com o mar do Norte e o mar Báltico.

A República Checa tem cerca de 10 280 000 habitantes, o que corresponde a uma densidade populacional de 132 habitantes por km<sup>2</sup>. A população está distribuída de forma bastante equilibrada, sobretudo por um grande número de pequenas e médias cidades. Com efeito, não são muitos os grandes aglomerados no país. Praga (1 300 000 habitantes), que é ao mesmo tempo a capital e de longe a maior cidade do país, não impediu o dinamismo de três outras grandes cidades: Brno (400 000 hab.), Ostrava (350 000) e Pilsen (180 000).

### Recursos... humanos

Apesar da ausência de recursos naturais importantes, os territórios checos foram, por muito tempo, uma das regiões mais desenvolvidas da Europa. De 1945 a 1989, o seu nível de vida era dos mais elevados do bloco soviético. No entanto, quase todo o património estava nas mãos do Estado e o comércio fazia-se quase exclusivamente com os outros países do Leste.

A reintrodução da economia de mercado teve, por isso, que ser feita sobre bases quase inexistentes. Mas o país beneficiava de uma infra-estrutura

estável e o plano de privatizações, que permitiu nomeadamente aos cidadãos adquirirem cupões a baixo preço e trocá-los a seguir por acções das empresas, facilitou a privatização de grandes sectores da economia. Por intermédio do Fundo da Propriedade Nacional (FNM), o Estado já concluiu cerca de 97% dos projectos de privatização previstos em 1991. O sector privado está agora consolidado e representa a maior parte da economia checa. Em 2001, 79,8% do PIB foi gerado por empresas privadas.

Desde 1989, a economia checa tem conhecido um crescimento com altos e baixos, alternando períodos de expansão (1993-96 e 2000-01) com períodos de recessão (1989-92 e 1997-99). As inundações catastróficas que atingiram o país em Agosto de 2002 poderão igualmente influenciar os resultados económicos a curto prazo e provocar uma desaceleração da retoma económica recente.

A partir de 2000, a República Checa progrediu pouco em termos de convergência do rendimento real com a União Europeia. Em 2001, o rendimento médio por habitante, expresso em padrão de poder de compra, correspondia a 57% da média comunitária. No que diz respeito ao nível de rendimento, é muito grande a disparidade entre a capital e o resto do país. Praga atingiu 124% da média comunitária, mas todas as outras regiões ficaram abaixo dos 75%. No entanto, globalmente, o sucesso está à vista: a República Checa, em termos de poder de compra, é o quarto país mais rico dos futuros Estados-Membros, logo a seguir a Chipre, Malta e Eslovénia.

As perspectivas de renovação do desenvolvimento do país são muito boas, graças nomeadamente ao elevado grau de qualificação dos seus trabalhadores: de acordo com a

OCDE<sup>2</sup>, a República Checa tem a maior percentagem de diplomados universitários em ciências e tecnologia dos países membros da Organização.

### Novo desenvolvimento industrial, turístico e comercial

Em 2001, a agricultura da República Checa foi responsável por 4,2% do valor acrescentado bruto e o emprego agrícola representava 4,6% do emprego total. A recessão na agricultura foi mais demorada e mais profunda e praticamente não existiu retoma, se compararmos com a economia em geral.

O sector secundário, por seu lado, contribui com 42% para a formação do PIB. Desde 1989 que foram encerradas muitas empresas e minas que não tinham rentabilidade. A indústria pesada e a metalurgia continuam a ser importantes, mas verificou-se um relançamento das indústrias tradicionais (calçado, vidro e têxtil).

O sector terciário, por seu lado, representa 53% do PIB. A partir de 1990 a actividade turística registou um aumento acentuado: Praga tornou-se uma das capitais mais visitadas da Europa. O resto do país é igualmente muito atractivo, com cerca de 2 500 castelos e palácios e 900 fontes termais (máximo mundial). Desde há vários anos que a República Checa recebe cerca de 12 milhões de visitantes por ano.

Os checos conseguiram igualmente reorientar o seu comércio para os países ocidentais e obter empréstimos e investimentos importantes de países estrangeiros. As trocas comerciais com a União Europeia continuam a

(<sup>2</sup>) Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos.

# Descoberta de um país candidato



aumentar. Em 2001, as exportações comunitárias para a República Checa atingiram 27,3 mil milhões de euros (o que corresponde a 61,8% das importações checas) e as importações comunitárias provenientes da República Checa 25 mil milhões de euros (68,9% das exportações checas).

As principais categorias de exportações comunitárias para a República Checa em 2001 foram as máquinas e material eléctrico, os equipamentos de transporte e os metais não preciosos. As principais exportações checas para a Comunidade consistiram, para além destes produtos, nos têxteis.

## Uma estrutura regional “europeia”

A 1 de Janeiro de 2000, a República Checa passou de 7 para 14 regiões administrativas. Trata-se de *Länder* inspirados no modelo germano-austriaco e dotados de uma certa autonomia. Uma lei de Junho de 2000 definiu igualmente, para fins de desenvolvimento regional e local, 8 “regiões da coesão” de nível NUTS II.

O escalão territorial de base é constituído por 73 distritos (“okresi”) e 4 municípios (“mesto”).

Durante o período 2000-2002, o montante anual da ajuda financeira concedida pela União Europeia à República Checa para se preparar para a adesão foi de cerca de 79 milhões de euros no quadro do programa Phare (apoio para a transição económica e social), de 22 milhões de euros no quadro do programa SAPARD (agricultura e desenvolvimento rural) e de 57 a 83 milhões de euros no quadro do programa ISPA (projectos de infra-estruturas nos domínios do ambiente e dos transportes).

Quanto ao orçamento decidido no Conselho Europeu de Copenhaga para a República Checa, durante o período 2004-2006, distribui-se da seguinte forma: 1 286,4 milhões de euros ao abrigo do Objectivo 1; 63,3 milhões de euros ao abrigo do Objectivo 2; 52,2 milhões de euros ao abrigo do Objectivo 3; 60,9 milhões de euros atribuídos à Iniciativa INTERREG e 28,4 milhões à Iniciativa EQUAL. No total, a contribuição dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão

para a República Checa deverá representar mais de 2 327 milhões de euros.

### Contacto:

*Ministerstvo pro Místní Rozvoj  
(Ministério do Desenvolvimento  
Regional da República Checa)  
Staroměstské náměstí 6  
CZ-110 15 Praha 1  
Tel.: +420 22486 1111  
Fax: +420 22486 1333  
Página Internet: [www.mmr.cz](http://www.mmr.cz)*

### Superfície

78 866 km<sup>2</sup>

### População

10 299 125 habitantes

Densidade: 131 hab./km<sup>2</sup> (UE-15: 118 hab./km<sup>2</sup>)

### Economia e emprego

PIB/habitante (2001): 13 300 euros

(UE-15: 23 200 euros)

Índice PIB/hab. PPC (2001): (EU-15: 100)

Taxa de desemprego (2002): 7,7%  
(EU-15: 7,7%)



# Questões colocadas a Pavel Nemec, Ministro do Desenvolvimento Regional da República Checa

## Quais são os principais desafios económicos e sociais com que a República Checa se defronta?

Treze anos após a “Revolução de Veludo”, a República Checa evoluiu consideravelmente para uma economia de mercado estável e próspera. Ainda há, no entanto, algum esforço a fazer: equilibrar as finanças públicas, travando o défice, que continua a aumentar; controlar melhor as despesas da segurança social; desregulamentar o mercado imobiliário para facilitar a construção de novas habitações e a mobilidade dos trabalhadores. As regiões com dificuldades estruturais e em atraso de desenvolvimento também constituem um problema muito importante.

## Como é que estes desafios são tidos em conta nas políticas regionais nacionais?

O Ministério do Desenvolvimento Regional procura encontrar soluções eficazes para estes problemas. Por exemplo, o governo está a examinar a nossa proposta de nova legislação em matéria de habitação para liberalizar progressivamente o mercado. O Programa regional operacional conjunto, recentemente aprovado, vai permitir concretizar estratégias de desenvolvimento específicas para as regiões em dificuldade, nomeadamente as bacias mineiras e siderúrgicas em reconversão da Morávia-Silésia e do norte da Boémia. Por outro lado, os novos programas operacionais sectoriais têm em conta a necessidade de reduzir as disparidades regionais,

nomeadamente em matéria de novas tecnologias.

## Que espera principalmente a República Checa da adesão à União Europeia?

Estamos orgulhosos por encontrar, após um “parêntesis”, o nosso lugar no espaço económico a que pertencemos desde há séculos. Gostaríamos de aproveitar ao máximo a liberdade de circulação de pessoas, bens, serviços e capitais. Mas a República Checa não se limitará apenas a receber; tem igualmente muito para oferecer: saber-fazer industrial bem preservado e que começa a revalorizar-se, pequenas e médias empresas dinâmicas, pessoas abertas e inovadoras. Espero que saberemos provar ser o país mais ocidental dos países do alargamento.

## Quais são os pontos que ainda estão por resolver no processo de adesão?

Como sabe, o processo de adesão da República Checa concluiu-se com êxito e estamos ansiosos por nos juntarmos à União Europeia em Maio de 2004. Mas isso é apenas o início da adesão. Estão ainda por negociar todos estes regimes transitórios, que por vezes são desfavoráveis ao nosso país. Como, por exemplo, as restrições à livre circulação dos trabalhadores – ainda que tenhamos apreciado o facto de muitos Estados-Membros terem decidido não aplicar estas restrições – ou a limitação de cabotagem para os transportadores rodoviários checos. No que nos diz respeito, devemos também estar conscientes de que os regimes

acordados para proteger o nosso mercado interno e as nossas empresas são igualmente temporários e que temos de proceder ao nosso próprio ajustamento.

## Em matéria de política regional, que pode oferecer a República Checa à União Europeia e, reciprocamente, que podem dar a União Europeia e os seus Estados-Membros ao vosso país?

Tanto económica como geograficamente, a República Checa situa-se algures entre o ocidente e o oriente do continente europeu. Pode, por isso, servir de “agente de integração” de uma região mais vasta. Historicamente, apesar de algumas perturbações na última década devido à reestruturação industrial, o nosso país conseguiu preservar as suas oportunidades e o seu modo de vida, nomeadamente um certo equilíbrio entre a cidade e o campo. Podemos proporcionar esta experiência tanto aos “antigos” como aos “novos” países da União. Quanto à União, pode ajudar o nosso país a melhorar o seu nível de investimentos, em especial graças aos Fundos Estruturais e ao Fundo de Coesão, uma vez que de momento apenas a região de Praga ultrapassa a média europeia em termos de PIB por habitante. É por isso que o meu Ministério acaba de implantar uma organização administrativa que deverá permitir a utilização óptima dos fundos europeus ao serviço do desenvolvimento do conjunto do território da República Checa.

*Depoimento recolhido em 3 de Fevereiro de 2003.*



# Descoberta de uma região

## Norte (Portugal)

## Equilíbrio e inovação

Reduzir a diferença entre o litoral e o interior e tornar mais competitivas as empresas desta região especialmente industrial são as duas grandes prioridades do Norte de Portugal.

Graças principalmente ao vinho do Porto, o seu produto de eleição produzido nas célebres vinhas cultivadas no Alto Douro, o Norte de Portugal é a região portuguesa mais aberta ao exterior, assegurando mais de 40% das exportações nacionais. Com 3,7 milhões de habitantes, corresponde também a perto de um terço da população do país e 39% dos portugueses com menos de 25 anos residem no Norte, o que faz desta região uma das mais jovens do país.

No entanto, tal como acontece com o resto de Portugal, a região Norte apresenta uma forte dualidade entre o litoral e o interior: densamente povoada, a zona costeira concentra igualmente a maior parte da população jovem, enquanto o interior sofre de desertificação e de envelhecimento.

Esta disparidade demográfica verifica-se igualmente nos aspectos económicos e sociais: a zona metropolitana do Porto é muito dinâmica e industrializada, enquanto aos territórios pouco densos do interior falta capacidade de inovação e espírito empresarial.

Por conseguinte, um dos desafios da região Norte é, por um lado, estruturar melhor a zona do Porto (nomeadamente em termos de combate à exclusão social, de intermodalidade dos transportes e de saneamento básico) e, por outro, desenvolver centros urbanos no interior e transformá-los em pólos de equilíbrio, capazes de dinamizar os territórios rurais à sua volta. A cooperação transfronteiriça com as duas regiões espanholas vizinhas, a Galiza e Castela-Leão, participa nesta acção.

### PME

A região Norte é a mais industrializada de Portugal e situa-se em décimo lugar nas regiões mais industrializadas da Europa. Cerca de um terço das empresas e cerca de metade dos trabalhadores operam no sector secundário, dominado pela indústria têxtil, do vestuário e do calçado.

A estrutura económica regional caracteriza-se igualmente pela predominância de PME: apenas 1,2% das empresas do Norte têm mais de 100 trabalhadores. A estratégia de desenvolvimento regional passa igualmente pela ajuda às PME, através da criação de infra-estruturas e de serviços de apoio, pelo investimento na inovação e internacionalização das empresas e por tudo o que possa melhorar a competitividade do tecido produtivo regional.

### Operação Norte

Baptizado “Operação Norte”, o programa operacional da região Norte para o período de 2000-2006 reflecte a estratégia regional de desenvolvimento, com três grandes objectivos em mira:

- melhorar a qualificação da população da região Norte, aumentar a sua empregabilidade e promover a coesão social;
- promover os factores de competitividade regional e valorizar os sistemas territoriais de produção;
- assegurar um ordenamento do território sustentável e equilibrado.

#### Contacto:

Comissão de Coordenação da Região Norte  
Rua Rainha D. Estefânia, 251  
P-4150-304 Porto  
Tel.: +351 22 608 6325  
Fax: +351 22 608 6309  
E-mail: [norte@ccr-n.pt](mailto:norte@ccr-n.pt)  
Página Internet: [www.ccr-n.pt](http://www.ccr-n.pt)

#### Superfície

21 289 km<sup>2</sup>

#### População (2001)

3 687 212 habitantes

Densidade: 173,2 hab./km<sup>2</sup>

#### Economia e emprego

PIB/hab. (2000): 9 260 euros (UE-15: 21 258 euros)

Índice PIB/hab. PPC (2000): 56 (UE-15=100)

Taxa de desemprego (2001): 3,7% (UE-15: 7,7%)

#### Fundos Estruturais (2000-2006)

##### Objectivo 1

UE	Outros fundos públicos	Fundos privados	Total
7 644 147 000 euros	4 402 017 000 euros	4 362 430 000 euros	16 408 594 000 euros



## O Douro Vinhateiro, património mundial

A sua inscrição na lista do património mundial da UNESCO deverá contribuir para promover, proteger e desenvolver a mais antiga região vitícola demarcada do mundo.

O rio Douro é um dos símbolos do Norte de Portugal. Vem de Castela-Leão e atravessa todo o território da região Norte para desaguar no Porto. Mas o nome "Douro" está sobretudo ligado à mais antiga região vitícola demarcada do mundo: o Alto Douro Vinhateiro. O trabalho duro e persistente dos homens transformou este vasto território xistoso num verdadeiro monumento agrícola e paisagístico, "*a única evidência incomensurável com que podemos assombrar o mundo*", como escreveu o poeta português Miguel Torga. Paisagem cultural com cerca de 250 000 ha, dos quais 20% em produção vitícola, o Douro Vinhateiro produz o excepcional e mundialmente famoso vinho do Porto. São nada menos do que 9 000 as explorações aí existentes.

Persuadidos do excepcional valor cultural do Douro Vinhateiro e da sua singularidade paisagística, um grupo

de personalidades e de entidades locais, regionais e nacionais portuguesas consagrou um grande esforço para promover a inscrição do Douro Vinhateiro na lista do património mundial da UNESCO, mas também para procurar uma solução integrada para a conservação, valorização e desenvolvimento sustentado do território.

Por iniciativa da Fundação Rei Afonso Henriques e com o apoio da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, foram mobilizados fundos comunitários para: elaborar um plano intermunicipal de ordenamento do território; criar uma associação de promoção do Douro Vinhateiro que integra 13 municípios, bem como outras entidades; elaborar um processo de candidatura para a inscrição do Alto Douro Vinhateiro no património mundial da UNESCO.

Esta iniciativa foi coroada de êxito, uma vez que a 14 de Dezembro de 2001, o Comité do Património Mundial da UNESCO, reunido em Helsínquia, anunciava a inscrição do Douro Vinhateiro na lista do património, na categoria "Paisagem cultural, evolutiva e viva". Trata-se de um grande passo em termos do reconhecimento internacional, que permitirá a promoção e o desenvolvimento do território, a começar por um reforço da dinâmica do turismo.

A inscrição do Douro Vinhateiro no património mundial mostra que os fundos comunitários não servem apenas para financiar infra-estruturas. Para a Comissão de Coordenação da Região Norte, o êxito desta acção mostra que mesmo projectos modestos em termos financeiros, como foi este caso, podem constituir soluções estruturantes para o ordenamento e desenvolvimento do território.

## INTERREG IIIA Reno-Mosa-Norte:

# Segurança alimentar transfronteiriça

**Industriais e autoridades da Euregião germano-neerlandesa Reno-Mosa-Norte associaram-se para criar um rótulo de qualidade transfronteiriço destinado a garantir a segurança dos produtos agro-alimentares, reforçando ao mesmo tempo um sector fundamental da economia regional.**

A execução dos programas INTERREG entre a Alemanha e os Países Baixos goza de uma longa tradição e possui estruturas de cooperação sólidas, uma vez que foi aí que em 1958 foi lançado e aplicado pela primeira vez o conceito de “Euregião”<sup>(\*)</sup>, actualmente muito espalhado nas zonas fronteiriças da União Europeia.

Quer se destine à alimentação humana ou animal, a produção agro-alimentar é um sector económico muito importante da Euregião Reno-Mosa-Norte, no extremo da Renânia do Norte-Vestefália (Alemanha) e do Limburgo neerlandês.

<sup>(\*)</sup> Fundada em 1958, a Euregio Gronau/Enschede constitui a mais antiga estrutura europeia de cooperação transfronteiriça.

BSE, peste suína, dioxinas, salmonelas... As crises alimentares sucessivas que a Europa conheceu nos últimos anos produziram desconfiança os consumidores e sublinharam a fragilidade dos sectores agrícola e agro-alimentar.

Parceiros alemães e neerlandeses desta Euregião decidiram assim reagir, ou mesmo antecipar-se, lançando no quadro do INTERREG um projecto conjunto de investigação e desenvolvimento baptizado “Rótulo de qualidade integrado transfronteiriço nas indústrias agro-alimentares e de alimentos para animais da Euregião Reno-Mosa-Norte”.

### O projecto implica cinco grandes etapas:

1. É definido um processo de controlo de qualidade do princípio ao fim da cadeia, que é adoptado conjuntamente pelos produtores e pelas autoridades veterinárias.
2. São constituídas “equipas de aconselhamento” transfronteiriças afectadas especificamente à cadeia de produção nas empresas de transformação.
3. É desenvolvida uma rede de comunicação comum consagrada às questões sanitárias.
4. As empresas participantes elaboram e executam um dispositivo de







controlo de qualidade do tipo HACCP (*Hazard Analysis Critical Control Point*).

- Foram implantados sistemas de identificação e de trânsito, bem como dispositivos de controlo adaptados, em quatro empresas-piloto. Estas empresas trocam experiências e asseguram o encaminhamento da informação entre os intervenientes de cada sector, por um lado, e através da rede das equipas de aconselhamento, por outro.

Além disso, em colaboração com as Universidades de Wageningen e de Bona, algumas pequenas e médias empresas seleccionadas do sector agro-alimentar desenvolvem em comum um programa informático de gestão da qualidade.

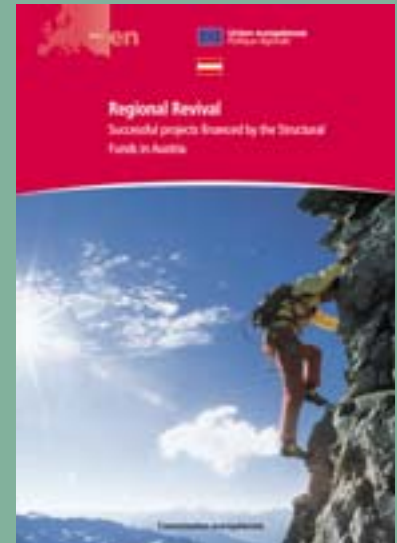
O projecto completa-se com a organização de acções de formação integradas e troca de experiências, o que facilita a resolução de problemas e favorece a compreensão e a análise de riscos. O facto de o projecto ser realizado por uma parceria germano-neerlandesa incentiva igualmente a interculturalidade nas relações económicas. Ao reforçar a qualidade e a segurança, o projecto deverá consolidar a viabilidade e a competitividade do sector agro-alimentar e das rações para animais da Euregião.

**Contacto:**

Euregio Rhein-Maas-Nord / Euregio  
Rijn-Maas-Noord  
D-41050 Mönchengladbach  
Tel.: 0049 (0) 2161 259 230  
Fax: 0049 (0) 2161 259 239  
E-mail: [info@euregio-rmn.de](mailto:info@euregio-rmn.de)  
Página Internet: [www.euregio-rmn.de](http://www.euregio-rmn.de)

## Regional revival - Successful projects financed by the Structural Funds in Austria [Renovação regional – projectos bem sucedidos financiados pelos Fundos Estruturais na Áustria]

Seleção de 21 projectos co-financiados pela UE na Áustria.



Disponível em alemão e inglês (Abril de 2003).

## Segundo relatório intercalar sobre a coesão económica e social



Disponível nas onze línguas da União e nas dez línguas dos países do alargamento.

# Em linha



## <http://www.localdeveurope.org>

“A engenharia financeira ao serviço do desenvolvimento local” é o resultado de uma parceria que associa organizações e peritos de seis países da União: Bélgica, Alemanha, França, Itália, Espanha e Reino Unido. Financiado pela Direcção-Geral do Emprego e Assuntos Sociais da Comissão Europeia, o projecto visa promover junto das autoridades locais e regionais a montagem e utilização de instrumentos financeiros eficazes que permitam incentivar o desenvolvimento local nas regiões. O sítio é trilingue: inglês, francês e italiano.

## <http://www.ctp.org>

Sítio da Comunidade de Trabalho dos Pirenéus, fundada em 1983 segundo o modelo do Arco Alpino para incentivar a cooperação transfronteiriça entre sete regiões europeias (Aquitânia, Aragão, Catalunha, País Basco, Languedoque-Rossilhão, Midi-Pirenéus e Navarra), bem como com Andorra. A informação disponível é já muito abundante em espanhol e deverá em breve ser igualmente acessível em francês, catalão e basco.



## <http://www.eminderproject.com>

“e-Minder” (**e**lectronic **CoM**mence **Le**verag**Ing** **N**etwork for **D**eveloping **E**uropean **R**egions / Rede de comércio electrónico para desenvolver as regiões europeias) é uma cooperação entre Chipre, a Galiza (Espanha) e a Pomerânia (Polónia) no quadro da prioridade TSI (Tecnologias da Sociedade de Informação) do Sexto Programa-Quadro comunitário de investigação e desenvolvimento ([www.cordis.lu/ist](http://www.cordis.lu/ist)). Neste sítio podem encontrar-se muitas ligações úteis respeitantes ao comércio electrónico numa perspectiva de desenvolvimento regional.

## Contactos

Comissão Europeia, Direcção-Geral da Política Regional  
Unidade 01 “Informação e Comunicação”  
Thierry Daman  
41, avenue de Tervuren, B-1040, Bruxelas  
Fax: +32 2 296 60 03  
E-mail: [regio-info@cec.eu.int](mailto:regio-info@cec.eu.int)  
[http://europa.eu.int/comm/dgs/regional\\_policy/index\\_pt.htm](http://europa.eu.int/comm/dgs/regional_policy/index_pt.htm)

Comissário Michel Barnier  
<http://europa.eu.int/barnier>

Informações sobre as ajudas regionais da União Europeia  
[http://europa.eu.int/comm/regional\\_policy/index\\_fr.htm](http://europa.eu.int/comm/regional_policy/index_fr.htm)

© Comunidades Europeias, 2003  
Reprodução autorizada mediante menção da fonte.



Serviço das Publicações  
[Publications.eu.int](http://Publications.eu.int)